

Posicionamento - Propostas SINTET - Chapa 1 UFU Mais:
Integrar & Transformar

1. Qual a posição da sua Chapa em relação a proposta de ampliação da implementação da flexibilização da jornada de trabalho, visando o cumprimento de 30 horas semanais em todos os setores administrativos e acadêmicos que demonstrem capacidades, baseadas nos pareceres da Comissão de Jornada de Trabalho (CJT), respeitando, o que estabelece o Decreto 1590/1995 e a Resolução Condir 05/2016?

A flexibilização de jornada de trabalho já está implantada na UFU, conforme Resolução nº 05/2016 do CONDIR, abrangendo servidores do HC/UFU e do Hospital Odontológico. Assumimos o compromisso de dar prosseguimento à flexibilização, atentando ao que define a legislação e com a segurança jurídica, para evitar possíveis questionamentos (como ocorrido no passado).

2. Qual a posição da Chapa em relação a implementação do Programa de Gestão e Desempenho (PGD) em todos os setores que demonstrem interesse e se adequem aos requisitos da Resolução Condir nº 36, de 05 de março de 2024 e a Portaria Reito nº 425, de 18 de março de 2024, sem opor essa implementação à possibilidade de se implementar a flexibilização de jornada nos mesmos setores?

Somos entusiastas do Programa de Gestão e Desempenho e defendemos a implementação do PGD em todos os setores que demonstrem interesse, não existindo impedimento para a adesão ao programa e a implementação de flexibilização de jornada de trabalho em um mesmo setor.

3. Considerando que com a expansão do PGD, centenas de trabalhadoras/es ficarão dispensadas/os do registro do ponto eletrônico, considerando que os docentes ;não registram ponto eletrônico, considerando o princípio da isonomia e considerando que é possível adotar outras modalidades de controle do trabalho; se eleita, a chapa se compromete durante o período da gestão, a adotar uma política institucional que retire o ponto eletrônico para todas/os trabalhadoras/es técnicos administrativos em educação da UFU? Destacando o artigo 207 da constituição, que garante a autonomia universitária.

Com a experiência da implementação do PGD na UFU, incentivaremos os gestores a aderirem ao programa, tornando o controle de ponto desnecessário, em face do cumprimento por entregas e metas. O PGD tende a se tornar o modelo padrão de controle de trabalho na UFU.

4. Qual a posição da Chapa em relação ao estabelecimento do acesso da categoria técnica administrativa em educação, mediante a reserva de vagas, aos editais de programas de Mestrado e Doutorado, como já ocorre em outras IFES, por exemplo, através do PROFIAP / ANDIFES (Mestrado Profissional em Administração Pública)? Os Técnicos administrativos têm sua parcela na produção de conhecimento com a produção científica em ações de extensão, bem como na pesquisa, se eleita como a chapa se posiciona, na criação de um mecanismo, onde os Técnicos administrativos possam concorrer igualmente a projetos de pesquisa e extensão, com os docentes em editais internos. Ainda nessa temática, seria possível uma verba específica para os técnicos administrativos para custeio em congressos e eventos acadêmicos?

O PROFIAP/UFU já conta com editais específicos para técnicos-administrativos - TAs. Atuaremos para que os editais de Mestrado e Doutorado contemplem pontuação específica para a atuação de servidores TAs e gestores públicos. O custeio de congressos e eventos deve ser garantido aos técnicos-administrativos, de acordo com a legislação vigente e em cumprimento dos requisitos quanto ao grau de formação.

5. Qual a posição da Chapa em relação a ampliação e garantia da isonomia e equidade, em todos os setores e unidades, nos processos de solicitação de afastamento integral ou parcial para realização de cursos de qualificação e capacitação? Caso seja favorável, como pretendem efetivar essa proposta?

Se eleita, a Chapa pretende estabelecer dentro do HC-UFU uma política de rodízio, nos setores, para ampliar a possibilidade de que os(as) servidores(as) interessados(as) tenham acesso ao afastamento integral para qualificação em programas de pós-graduação stricto sensu?

Para garantir a isonomia e a equidade nos processos de solicitação de afastamento, faz-se necessária a implementação dos Planos de Qualificação da Unidade em todos os setores da UFU. No HC-UFU é necessária a implementação de plano equivalente ao PQU para democratizar o acesso e planejar os afastamentos de servidores.

6. Se eleita, como a chapa pretende atuar para concessão de afastamento integral, ADS, PGD e flexibilização da jornada nos campi avançado?

A UFU é uma só, e o que ocorre em Uberlândia também deverá ocorrer nos campi avançados. O nosso intuito é integrar a UFU e transformar, buscando, ao máximo, erradicar o sentimento de não pertencimento por parte de servidores dos campi avançados.

7. Se eleita, a chapa se compromete a extinguir as cobranças de mensalidades dos cursos de pós-graduação lato sensu oferecidos hoje pela UFU; para que de fato a nossa Instituição ofereça um ensino 100% público?

Defendemos que a UFU ofereça ensino de qualidade e gratuito. Porém, reconhecemos que há dificuldades para a oferta de cursos *lato sensu* gratuitos. O não oferecimento, mesmo que pagos, seria entregar esse nível de formação para a iniciativa privada. Mas a oferta deve contemplar critérios para redução dos custos, que haja reserva de vagas para servidores e atenção às políticas de cotas.

8. Na perspectiva da autonomia universitária, se eleita, a Chapa se compromete no primeiro momento a alterar o sistema de ponto eletrônico hoje adotado (módulo frequência do SouGov), por um sistema independente e autônomo (criado pela própria Instituição)?

Não vemos necessidade de novo sistema, uma vez que o SouGov atende às demandas de registro de ponto e ocorrências. Acreditamos que, com o advento do PGD, a necessidade deste tipo de controle fica superada.

9. Qual a posição da Chapa em relação a dificuldade de acesso de aposentados(as), pensionistas e parte da categoria em exercício laboral na UFU, no uso do SouGov, SEI e outras plataformas digitais para protocolo e atendimento de demandas? A Chapa avalia ser possível construir alguma proposta que visa a resolução do problema? Quais os caminhos para diminuir a burocracia e agilizar os processos na UFU? É possível garantir que a PROGEP estabeleça um setor específico para realização do atendimento a essas pessoas?

A necessidade de unificação, simplificação e desburocratização dos sistemas da UFU é uma questão urgente que precisa ser enfrentada. Cabe à PROGEP atender a todos os servidores. Logo, é necessário que todo o corpo técnico da PROGEP esteja disponível para atender e orientar os servidores que tenham quaisquer dificuldades.

10. O SINTET-UFU defende que as reuniões dos Conselhos Superiores ocorram de forma presencial para membros lotados nos Campi de Uberlândia, e de forma remota para quem está lotado nos campi fora de Uberlândia (garantindo o deslocamento dos membros dos conselhos dos campi avançados que desejarem). Qual a posição da chapa em relação a essa proposta? O SINTET-UFU poderá contar com o apoio de sua chapa nessa reivindicação, caso seja eleita?

Concordamos que as reuniões dos Conselhos Superiores sejam realizadas prioritariamente de forma presencial, com a possibilidade de participação remota de membros de campi fora de Uberlândia. Porém, há que se equipar esses campi para tornar isso possível, além de designar servidores para dar suporte a essas reuniões, garantir voz aos conselheiros e controlar as votações.

11. O que a Chapa pretende fazer, caso eleita, em relação a reposição de vagas de cargos extintos? Como pretende fazer a reposição dessas vagas dentro e fora do HC-UFU? Quais estratégias a chapa fará para diminuir a terceirização e, conseqüentemente, a precarização do trabalho na UFU? Se eleita, a chapa se compromete a substituir trabalhadores RJU por outros trabalhadores RJU?

A Lei 11.892 que cria os CEFET's, introduz a figura do técnico RJU genérico nos níveis D e E, possibilitando a contratação de servidores para atuação em cargos extintos ou suspensos e diminuindo as terceirizações. A reposição de vagas para o HC são, em sua maioria, de responsabilidade da EBSERH, de acordo com o convênio estabelecido que trata dos setores assistenciais dos Hospitais Universitários.

12. O que a Chapa pretende fazer, caso eleita, para viabilizar condições adequadas de trabalho, em todos os setores da Universidade? Alguns blocos não possuem acessibilidade, medidas de segurança em caso de incêndios, essa chapa tem propostas de reforma das instalações físicas dos blocos? Referente a manutenção de equipamentos na UFU, a escassez de recursos, a falta de manutenções preventivas, e a grande demora para realização dos serviços de reparo trazem prejuízos científicos e acadêmicos. Diante desse quadro, quais as medidas e/ou alternativas essa reitoria pretende adotar no setor de manutenção para aprimorar o atendimento, com mais qualidade, eficiência e menor custo?

Melhoria das condições de trabalho na UFU é prioridade da Chapa 1. A Auditoria UFU fez um mapeamento da acessibilidade que vai nortear os trabalhos referentes às instalações físicas e nos permitirá a busca de recursos extraorçamentários. Esse mapeamento também precisa ser feito quanto à manutenção predial e de equipamentos, possibilitando a reavaliação de contratos para atenção a essas demandas.

13. A Chapa, se eleita, pretende promover políticas e práticas de acessibilidade dentro dos Campi da UFU? A Chapa se compromete a executar as propostas a seguir?

a) reformar espaços físicos segundo as normativas existentes, se atentando em particular para as vias de circulação, manutenção de calçadas, elevadores, rampas de acesso;

A Auditoria UFU fez um mapeamento da acessibilidade que vai nortear os trabalhos para essa atenção, que é realmente urgente e nos permitirá a busca de recursos extraorçamentários. Nesse planejamento, todos os equipamentos devem ser devidamente contemplados.

b) propiciar a estrutura física necessária, conforme disposto por leis e normativos de inclusão e acessibilidade de forma integral, com atenção especial para a lei 10.604/2021, a Norma NBR 16.537 e a norma NBR 9050;

A Chapa 1 tem o firme compromisso de garantir que todos os projetos para reformas ou construção de novos espaços e estruturas obedeçam rigorosamente a todas as normativas existentes.

c) garantir que todas atividades institucionais (palestras, debates, cursos, aulas e outros tipos de evento) sejam acessíveis para os/as trabalhadores/as, seja por meio de áudiodescrição e/ou com a participação de intérpretes de libras;

Nosso Programa de Trabalho prevê a criação de uma Política Institucional de Acessibilidade que irá contemplar o acesso a todas as atividades institucionais, indicando os mecanismos que garantirão a implementação dessas ações.

d) Implementar ações no âmbito da universidade que garantam o diálogo com os(as) trabalhadores(as) com deficiência e a participação destes(as) nos espaços de decisão e negociações coletivas.

A própria criação da Política Institucional de Acessibilidade deverá ocorrer com forte participação de servidores e estudantes com deficiência, a fim de refletir suas expectativas. Essa definição permitirá criar mecanismos que garantam às pessoas com deficiência ampla participação nos espaços de decisão e negociações coletivas.

e) garantir aos trabalhadores com deficiência vaga em pós-graduação da UFU e de acordo com a lei de cotas.

Nosso Programa de Trabalho contempla o fortalecimento de ações afirmativas, incluindo cotas no processo de seleção e critérios para distribuição de bolsas de estudo. Somos totalmente favoráveis à ágil implementação da Lei de Cotas e daremos suporte aos Programas de Pós-Graduação para que isso realmente ocorra.

14. Caso a chapa seja eleita, como pretende solucionar o problema relacionado ao fato de que chefias do HC-UFU impedem e/ou dificultam a participação de trabalhadores/as nos Conselhos da Instituição?

O diálogo com todos os setores da UFU será uma marca da gestão da Chapa 1 na Reitoria e essa será a forma de atuação também quanto a esse problema. Por meio do diálogo, conheceremos as dificuldades de liberação de trabalhadores(as) para os Conselhos Superiores, permitindo a criação de mecanismos que resolvam tais dificuldades e garantam as importantes contribuições do HC nestes espaços.

15. Nos dias 25 a 27 de julho de 2023, o SINTET-UFU realizou um Plebiscito dentro do HC-UFU pautando a necessidade de se realizar eleições para a escolha da Superintendência Local do HC-UFU. Das/os 1841 votantes, 1768 votaram para que a Superintendência Local seja eleita de forma democrática, e não indicada pelo Reitor conforme ocorreu nos últimos 8 anos na UFU. Qual a posição da Chapa em relação a esse pleito? A chapa, se eleita, propõe realizar eleições democráticas para a Superintendência do HC-UFU?

A Chapa 1 não se opõe a fazer a indicação da Superintendência Local do HC-UFU com base em eleições em que participem os membros de sua comunidade. Os fundamentos que nortearão essa eleição poderão ser criados por uma comissão que deverá ser formada logo no início da nova gestão da UFU, e deverá ouvir todos os setores envolvidos.

16. Seguindo o mesmo tema em relação ao item anterior, qual a posição da chapa em relação a instituição de eleições paritárias para a escolha de chefias e gerências nos setores internos do HC-UFU? E de forma mais ampla, se eleita, a chapa se compromete a estabelecer uma consulta eleitoral democrática para a escolha do(a) Assessor(a) de Campus avançado?

Novamente, a Chapa 1 não vê problemas para que a escolha de chefias e gerências nos setores internos do HC-UFU se dê por meio de eleições. Porém, defende que a viabilidade dessas eleições seja cuidadosamente estudada, setor a setor. Quanto ao Assessor de campus avançado, firmamos o compromisso que a escolha se dará por eleição.

17. Nos casos em que não for possível o afastamento integral do(a) servidor(a) estudante (como na realização de cursos de graduação, especialização, capacitações e participação em eventos), a chapa se compromete a facilitar e democratizar o acesso à política de Ação de Desenvolvimento em Serviço (ADS)?

Contando com a experiência de implementar a ADS na UFU, na Gestão Superior, atuaremos analogamente à ação da PROGEP junto à Procuradoria, que em primeira análise emitiu parecer contrário a implementação da ADS. Demonstraremos que a concessão da ADS ao servidor se justifica em benefício da melhoria do serviço público e é fundamental para a progressão da carreira dos técnicos-administrativos.

18. Se eleita, a chapa se compromete a implementar, em todos os campi, um cronograma permanente para atendimento médico e demais especialidades, tais como educador(a) físico(a), nutricionista, psicólogo(a), dermatologista, fisioterapeuta, angeologista, ofertadas pela DIRQS? Qual sua proposta para atendimento dos técnicos administrativos em caso de acidentes de trabalho? Há possibilidade de criar um ambiente no ASSER com tal finalidade? Atualmente os trabalhadores que se acidentam não podem ser atendidos no HC nem em outro setor especializado dentro da UFU. Gostaria de saber do candidato se tem algum posicionamento sobre os exames complementares solicitados na DIRQS serem realizados novamente no HC?

Pretendemos ampliar o ASSER a todos os campi da UFU, conforme disponibilidade de vagas para médicos e profissionais das várias áreas. Já contamos com médico para transcrever os pedidos de exames solicitados nas consultas, para que sejam inseridos no sistema público. Propomos a aquisição de ambulâncias ou a contratação de serviços dessa natureza.

19. Se eleita, a chapa se compromete a realizar Seminários Institucionais, envolvendo as coordenações de cursos, para que pense em ações para se aplicar de forma efetiva a Lei 11.645/2008 (que inclui no currículo oficial a temática da “História e Cultura Afro-Brasileira e indígena”) nos projetos curriculares de todos os cursos da UFU, bem como a criação de um curso de especialização que contemple a temática de relações étnico-raciais?

A nossa Chapa apoiará a ESEBA, a ESTES e os Cursos de Graduação, na revisão de seus Projetos Pedagógicos, com o objetivo de propiciar o efetivo cumprimento das Leis nº 10.639/03 e nº 11.645/08, bem como o cumprimento das metas da Resolução nº 13/2018 do Conselho Universitário da UFU (Política de Educação das Relações Étnico-Raciais da UFU).

20. Se eleita, a Chapa se compromete a adotar uma política de assistência à saúde do trabalhador e da trabalhadora que contemple as especificidades da população negra, como por exemplo a inclusão do exame de anemia falciforme, para todos as/os trabalhadoras/es conforme a política de equidade do SUS nos exames médicos periódicos para trabalhadoras negras e trabalhadores negros; a realização de campanha de prevenção de hipertensão arterial, Diabetes e por conseguinte a obesidade com atenção às especificidades dos trabalhadores negros e das trabalhadoras negras?

A Chapa 1 se dispõe a implementar ações que estejam em consonância com a Política Nacional de Saúde Integral para a População Negra. Nesse sentido, firmamos o compromisso de discutir estratégias para atenção especial às doenças e aspectos específicos de saúde relacionados às pessoas negras (Doença Falciforme, Diabetes Mellitus Tipo I, Hipertensão Arterial, Saúde da Mulher Negra e Saúde Mental).

21. Se eleita, a chapa se compromete a elaborar uma política institucional que garanta um tratamento especializado às denúncias de violências e opressões (com ouvidoria ou protocolo específico de tratamento)? Garantindo também o anonimato do denunciante, para que o mesmo não sofra sanções por ter feito a denúncia.

É compromisso nosso atuar para que denúncias recebidas pela Ouvidoria-Geral da UFU sejam tratadas e apuradas, de modo que seja assegurado o sigilo e a proteção do denunciante, conforme legislação vigente. A Chapa 1 se compromete a promover ampla discussão com a comunidade universitária, para elaboração de política institucional e protocolo para tratamento de denúncias de violências e opressões.

22. Alguns campi (Umuarama por exemplo), carecem de espaços físico de convivência, bem-estar e alimentação para seus servidores. Se eleita, a chapa tem projetos voltados para a socialização e convivência de seus servidores?

Um dos pilares da Chapa 1 é a integração e a transformação. Assim, temos o compromisso de atuar frente a essas demandas, ouvindo a comunidade universitária e buscando a disponibilidade de espaços que atendam, dentro do possível, às necessidades identificadas por meio da escuta ativa.

23. Hoje os aposentados da UFU não podem participar das instâncias deliberativas da Universidade, não podem concorrer, nem votar para representação nos conselhos superiores e consultivos, e nem podem votar para Reitor. Caso eleita a chapa se dispõe a revisar suas normas, a fim de que os aposentados possam participar das instâncias de debate e deliberação da Universidade?

A participação em votações, seja para representações em conselhos ou mesmo para Reitor(a), depende da proximidade do eleitor com a realidade da UFU. Assim, a Chapa 1 entende que mudanças no entendimento dos colégios eleitorais atuais, devem se basear em debates profundos acerca do tema. Defendemos que os aposentados participem no Conselho de integração UFU x Sociedade, que será resgatado.

24. Em relação a segurança patrimonial da Instituição continuará mantendo o afastamento total dos vigilantes efetivos institucional em relação aos terceirizados. Se a Chapa eleita, assinará o manifesto dos vigilantes elaborado no Seminário Nacional da categoria em Santa Catarina, reivindicando manutenção do cargo em todas Instituições de Ensino Federais?

A Chapa 1 entende que a terceirização pode acarretar diversos prejuízos à UFU, incluindo o fato de que o serviço terceirizado adentra seu orçamento discricionário, reduzindo recursos para o funcionamento da instituição. Após a análise dos documentos e seu teor, a Chapa 1 poderá assinar o referido manifesto, assim como outros com a mesma natureza, sempre que indicarem benefícios ao serviço público.

25. Qual a posição da chapa em relação a escolha dos seus conselheiros, técnicos Administrativos em todas instâncias da Instituição, serem realizadas pela sua entidade representativa sindical através de eleições realizadas pela mesma, sindicalizado ou não?

O Regimento do CONSUN garante a eleição de representantes pelos seus pares. A fim de assegurar a livre manifestação dos participantes, há um parecer da Procuradoria Geral junto à UFU, dizendo que a atribuição dessas eleições é da Gestão Superior. Assim, há uma Resolução do CONDIR que trata do tema, definindo seu funcionamento.

26. Com relação às políticas públicas associadas à saúde da mulher, a chapa, se eleita, desenvolverá um projeto assistencial de saúde da trabalhadora que contemple a realização de mamografias, exames hormonais associados ao climatério, exames oftalmológicos e estratégias de saúde para garantir a qualidade de vida e bem-estar da servidora?

Ampliaremos o atendimento do ASSER em todas as especialidades, especialmente, nas que tratam da saúde da mulher e de dependentes menores de idade. Com a contratação de médicos para transcrever pedidos de exames solicitados nas consultas, campanhas de conscientização sobre saúde, e ampliação dos atendimentos do Ambulatório Afeto, promoveremos maior qualidade de vida e bem-estar às servidoras.

27. Se eleita, o que a chapa pretende fazer para garantir que seja garantida a produção de ensino, pesquisa e extensão dentro do HC UFU?

A recuperação do HC enquanto Hospital de Ensino (ensino, pesquisa e extensão) não pode ser de responsabilidade apenas da EBSEH. A Reitoria precisa ter papel de frente nessa questão, tendo como prioridade a valorização da atuação de Unidades Acadêmicas no Hospital, acompanhada de monitoramento específico de problemas que contribuam para a perda da qualidade da formação de estudantes e residentes.

28. Tendo em vista a qualidade técnica e de conhecimentos da imensa categoria dos técnicos administrativos na UFU em todos os campi, como a chapa entende a abertura para a participação dos técnicos em diversos projetos de extensão e pesquisa enquanto formadores, sendo as atividades desenvolvidas como Bolsa-Formação, como estabelece a Lei 12.513, de 26 de outubro de 2011 e a Lei 12.816, de 05 de junho de 2013?

Um dos diferenciais da UFU é a elevada qualificação dos Técnicos-Administrativos, tanto pela contratação de profissionais altamente qualificados como pela qualificação advinda de ações da PROGEP, o que deverá ser mantido e ampliado. A Chapa 1 tem conhecimento e experiência como nenhuma outra para explorar possibilidades de apoio e encontrar opções que a princípio não se aplicariam à Universidade.

29. Se eleita, o que a chapa pretende fazer com o resultado da última estatuinte realizada na UFU a partir de 2015?

É urgente a atualização das normas institucionais sobre a organização administrativa, para a edificação de uma UFU em consonância com os valores, princípios, signos e significados atuais. A Chapa 1 se compromete com a reformulação do Estatuto e do Regimento Geral da UFU, aproveitando todas as experiências pretéritas para que se obtenha o melhor resultado desse processo.

30. Quais são as propostas da Chapa para promover o necessário combate contra as diferentes formas de assédio e preconceito que ocorrem dentro da universidade? Se eleita, de que forma a Chapa se compromete a desenvolver políticas institucionais que visem combater o machismo, o racismo, o capacitismo, a LGBT+fobia, etarismo, gordofobia e outras opressões, dentro da UFU?

A Chapa 1 propõe o aprimoramento de cursos, palestras e workshops sobre racismo, misoginia, machismo, homofobia, capacitismo, dentre outros. Além disso, a Chapa 1 apoia o desenvolvimento das Comissões de Políticas Afirmativas já existentes na UFU (CPMULHERES, CEER, COAQUI e CPDiversa), bem como a criação de mecanismos institucionais que possibilitem as comissões dialogarem entre si.

31. Como a chapa avalia o fato de que nos tempos atuais, um número expressivo da comunidade acadêmica e assistencial é vítima de adoecimento mental (psíquico e psicológico)? Quais são as propostas da Chapa em relação a esse tema?

A saúde mental é tema prioritário. As pessoas são verdadeiros cernes da Universidade Federal de Uberlândia, e assim devem ser tratadas com qualidade e prioridade. A Chapa 1 se compromete a investir na disponibilidade de atendimentos psicológicos e psiquiátricos, aumentando a capacidade de atendimento com a destinação de novas vagas ou a transformação de vagas a este fim.